

Esta não é a terra prometida!

JOSÉ DOS REMÉDIOS, 10 JUNHO 2016



Faltam instituições prioritárias no bairro dos reassentados

Não há escolas, não há água, não há hospitais, não há energia, não há transporte. Não há nada em Mahoche, a terra para onde foram transferidas mais de 300 famílias que viviam no bairro da Malanga, cidade de Maputo, para dar lugar à construção da ponte Maputo-Katembe.

Crianças pálidas e desocupadas andam sem destino e sem esperança. São crianças que sempre almejaram prosseguir com os estudos, afinal, elas têm sonhos. “Quero voltar a estudar, porque me faz bem”. Chama-se Rita a menina que fez estes pronunciamentos. Enquanto conversamos com ela, esforça um sorriso para disfarçar as lágrimas que lhe invadem o rosto. Mas não consegue.

Trava as lágrimas, mas seus olhos não podem esconder a tristeza no seu coração. Faz questão de repetir o quanto gosta de estudar. “A minha média do primeiro semestre foi 16, acredito que ia dispensar, se continuasse a estudar”. Rita não vai à escola há dois meses, desde que a sua família passou a viver em Mahoche. Frequentava a 7ª classe.

“As nossas casas eram de pobres, mas tínhamos boas condições, porque estávamos perto da escola, do hospital e do mercado. Os meus filhos e os meus sobrinhos só levavam 25 a 30 minutos para chegar à escola. Mas agora tiveram que parar de estudar. Aqui não há nada. Praticamente estamos esquecidos. Estamos atrás do sol, para bem dizer”. Este é o desabafo de Alice Nhone, uma jovem que nasceu e sempre viveu no bairro da Malanga.

Alice diz que tiveram apenas o prazo de 45 dias para abandonar as casas. “Este prazo é muito curto. Será que é possível fazer alguma coisa em tão pouco tempo?”, questiona a mulher, que agora dorme num pequeno arranjo de blocos sobrepostos, exposta a todo o tipo de perigo.

Os novos moradores de Mahoche não apenas perderam o direito de assistir à televisão ou de beber água gelada, perderam praticamente tudo, inclusive os seus empregos.

Não passam “chapas” em Mahoche. Da zona de reassentamento até à estrada, onde é possível ter acesso ao transporte, são mais de dois quilómetros.

Bernardina Mulhanga, de 34 anos, trabalhava na Baixa da cidade. Conta que sucessivos atrasos fizeram com que perdesse o seu emprego. “Eu entrava às 08h30, mas aqui não há ‘chapas’. Esforçava-me para acordar às 03h00, caminhar até à paragem. Mas há dias que ficava das 06h00 às 10h00 sem conseguir ‘chapa’. Não tenho marido, tenho três filhos e não sei como os vou sustentar”, desabafou.

Comissão dos Direitos Humanos diz que houve violação de direitos básicos

“Houve grave violação dos direitos humanos, porque foram rejeitados direitos básicos, como educação e saúde”, disse o presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Custódio Duma.

O presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) deslocou-se a Mahoche, na manhã desta quinta-feira. Trinta dezenas de moradores aguardavam a visita da comissão, debaixo de árvores. Apresentaram as suas inquietações e pediram ajuda à comissão para a criação de condições básicas, como as que tinham no seu antigo bairro.

“Nós somos seres humanos. Nós temos um estatuto, que é de nacionalidade moçambicana”, disse um residente de mais de 60 anos, que se fez presente na reunião convocada pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos, acrescentando que, “hoje, duas vezes por semana, eu pago mil meticais para garantir água. Esta construção atrasa porque, primeiro, tive que limpar a mata do meu terreno e remover os troncos. Estas pessoas que tiraram os troncos também tinham que ser

recompensadas. Sem energia, nem sequer sabemos se os nossos electrodomésticos vão voltar a funcionar, depois de muito armazenados”.

António Matlhombe, de 49 anos, que também marcou presença na reunião, fez questão de fazer parte das vozes que clamaram pela melhoria das condições de vida perante a Comissão dos Direitos Humanos. “Prometeram que teríamos transporte até 1 de Maio. Mas, até agora, não temos nada. Há muita gente que deixou de trabalhar, porque não conseguia chegar ao trabalho a tempo e horas. A escola é prioridade, por favor, não façam os nossos filhos mergulharem no analfabetismo”, disse.

Depois de ouvir as reclamações dos moradores de Mahoche, Custódio Duma visitou o novo bairro e avançou que “a constatação preliminar mostra que aspectos que deveriam ter sido tomados em conta neste reassentamento não foram observados, sobretudo a preparação das condições básicas humanas, como saúde e escola. Estamos a perceber, aqui, que o processo foi feito às correrias. Nós vamos procurar perceber por que razões as coisas foram feitas desta forma”.

“Os políticos podem ser incriminados pelas decisões que tomaram”

O regulamento de reassentamento prevê que a população retirada de um lugar deve ser reassentada numa zona com condições similares ou melhores às anteriores. Isto não aconteceu em Mahoche. O jurista Rodrigo Rocha diz que “se não foram mantidas as condições a que as famílias tinham acesso na sua zona de origem, então, há uma grave violação da lei de reassentamento”.

Rodrigo Rocha vai mais longe e afirma que, mais do que violação dos direitos humanos, cometeu-se irregularidade ao colocar as famílias numa zona sem nenhum serviço básico. Segundo o jurista, “isso é crime e pode levar à responsabilização dos políticos pelas decisões que tomaram”.

O processo de auscultação para a retirada das famílias da Malanga começou há cinco anos. Mas, segundo os populares, o dinheiro só lhes foi dado este ano, com apenas 45 dias de prazo para a sua retirada da Malanga.

<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/41064-esta-nao-e-a-terra-prometida.html>